

CONTRIBUIÇÃO REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA MME Nº 165/2024

NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de Consumidores da CPFL

MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ATO REGULATORIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leliões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

CO	NTRIBUIÇÕES RI	ECEBIDAS
TEXTO/ANEEL	TEXTO/INSTIT UIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP		
PROCESSO Nº 48360.000022/2024-92		
INTERESSADO: SECRETARIA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO, GABINETE		
DO MINISTRO 1. ASSUNTO		
1.1. Abertura de Consulta Pública acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra		
de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024		
(LEN "A-4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024). 2. SUMÁRIO EXECUTIVO		
2.1. Trata-se da apresentação da minuta de portaria a ser disponibilizada em Consulta Pública que		
estabelece as diretrizes a serem aplicadas para execução dos LENs "A-4" e "A-6" de 2024.		
2.2. A minuta propõe as seguintes contratações:		
2.2.1. No Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024 , CCEARs na modalidade quantidade , com prazo de		
suprimento de 15 (quinze) anos, para novos empreendimentos de geração de fonte hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica, incluindo ampliação de empreendimentos existentes e		
soluções híbridas.		
2.3. No Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024, serão negociados os seguintes CCEARs:		
I - na modalidade por quantidade, com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos, os seguintes empreendimentos hidrelétricos:		
Central Geradora Hidrelétrica - CGH;		
Pequena Central Hidrelétrica - PCH;		
 Usina Hidrelétrica (UHE) com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts); 		
	1	
 ampliação de CGH, PCH ou UHE existentes com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts); 		
2.4. A proposta apresenta a data de realização do certame em dezembro de 2024 . Os demais		
marcos, tais como (i) cadastramento dos projetos e (ii) declaração de necessidade de contratação		
por parte das distribuidoras serão definidas em momento posterior a depender da data de publicação da Portaria definitiva.		
3. RELATÓRIO		
3.1. A Lei nº 10.848 , de 15 de março de 2004, determina que as concessionárias, as		
permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema		
Interligado Nacional (SIN) deverão garantir o atendimento à totalidade de seus mercados mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento (art. 2º).		
modulito contratação regalada, por moio de totação, como mo regulamento (arti 2).		
3.2. O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, regulamentou a Lei nº 10.848, de 2004,		
estabelecendo que compete à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promover, direta ou indiretamente, os leilões para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do		
SIN, observados os procedimentos e diretrizes fixados pelo Ministério de Minas e Energia (art. 19), a		
quem cabe também definir a relação de empreendimentos aptos a integrar cada leilão (art. 12).		
3.3. A minuta de portaria ora discutida e proposta versa sobre as diretrizes dos leilões de energia		
nova supracitados (LEN "A- 4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024) e está fundamentada na busca pela		ACL tem fontes com subsídios de 50% da TUSD e TUST algo que não será possível neste leilão para o
flexibilização das diretivas que norteiam a contratação de energia elétrica, perseguindo, ao mesmo tempo, a neutralidade tecnológica e a segurança energética. Tal fundamentação	Comentário.	ACR, isto aumentará mais ainda as diferenças entre os mercados. Urge que o MME resolva esta situação
representa uma inovação no processo licitatório para a contratação de energia elétrica dentro do		com celeridade.
Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que ocorre por meio de leilões.		
3.4. Paralelamente, o art. 21 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a		
desestatização da Eletrobras, estabeleceu que os Leilões A-5 e A-6 deverão destinar, no mínimo,		Entendemos que as eventuais diferenças de valores entre as contratações do leilão para atendimento ac
50% (cinquenta por cento) da demanda declarada pelas distribuidoras à contratação de centrais hidrelétricas até 50 MW (cinquenta megawatts), até o atingimento de 2.000 MW (dois mil	Comentário.	Art.21 da Lei nº 14.182/2021 e as demais contratações objeto do Leilão A-6 devem ser aportadas por recursos financeiros do Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, não tem nada a ver
megawatts) contratados. Neste contexto, a realização dos leilões se submete ao disposto na Lei nº		com imposições da privatização da Eletrobrás.
14.182 de 2021, o que confere aos certames a configuração a seguir discutida.		
3.5. Assim, o objetivo da presente Nota Técnica é apresentar a Minuta de Portaria que estabelece		
as diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (SEI nº 0896490), para atendimento ao		
mercado das distribuidoras a partir de 1º de janeiro de 2028 para o LEN "A-4" e a partir de 1º de		
janeiro de 2030 para o LEN "A-6", submetendo-a Consulta Pública, para a coleta de contribuições		
da sociedade em geral. 4. ANÁLISE	1	
4.1 Uma vez relatados os fatos que subsidiaram a proposição das diretrizes para a realização dos		
LENs "A4" e "A-6" de 2024, o objetivo desta seção é apresentar as inovações trazidas para os		
certames. De modo a facilitar a leitura, esta seção está dividida em 4 (quatro) blocos:		
I - Atendimento à Lei nº 14.182 , de 12 de julho de 2021	1	
II - Inovações e aprimoramentos em relação ao LEN "A-5" de 2022; III - Minuta de portaria de diretrizes para os LENs "A-4" e "A-6" de 2024;	-	
IV - Justificativa de não aplicação de AIR ; e	1	
V - Justificativa para a Vigência Imediata do Ato - Atendimento ao Decreto nº 10.139 , de 28 de novembro de 2019		
I - Atendimento à Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021	1	
4.2. A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais		
Flátricas Brasileiras S.A. (Flatrohras), em seu art. 21. estabeleceu a obrigatoriodade de contratação		

preço máximo equivalente ao teto estabelecido para geração de PCH do Leilão A-6 de		
2019, atualizado esse valor até a data de publicação do edital específico pelo mesmo		
critério de correção do Leilão A-6 de 2019. (art. 21 da Lei nº 14.182/ 2021)		
4.3. Assim, a Lei nº 14.182/2021 define que os Leilões A-5 e A-6 deverão destinar, no mínimo, 50%		Entendemos que as eventuais diferenças de valores entre as contratações do leilão para atendimento ao
da demanda declarada pelas distribuidoras à contratação de centrais hidrelétricas com		Art.21 da Lei nº 14.182/2021 e as demais contratações objeto do Leilão A-6 devem ser aportadas por
capacidade de geração de até 50 MW (cinquenta megawatts), até o atingimento de 2.000 MW (dois		recursos financeiros do Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, não tem nada a ver
mil megawatts).		com imposições da privatização da Eletrobrás.
		Os quetos adicionais deste contratação evaluaiva para DCH (a para standimento as Art 21 de Lei n0

Os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH´s, para atendimento ao Art.21 da Lei nº 14.182/202, que forem comprovadamente majores que as demais contratações de hidrelétricas objeto
com imposições da privatização da Eletrobrás.
recursos financeiros do Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, não tem nada a ver
Art.21 da Lei nº 14.182/2021 e as demais contratações objeto do Leilão A-6 devem ser aportadas por
Entendenios que as eventuais une enças de valores entre as contratações do teitao para atendimento ao

4.4. Após a contratação dos 2.000 MW (dois mil megawatts), o percentual de destinação deverá ser reduzido para **40% da demanda** declarada pelas distribuidoras dos Leilões A-5 e A-6 realizados até 2026. Comentário.

4.2. A CEUTO 14. 162, de 12 de juino de 2021, que dispos soute a desenantização de compresa Contratação de energia elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), em seu art. 21, estabeleceu a obrigatoriedade de contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos hidrelétricos com capacidade de até 50 MW (cinquenta megawatts) exclusivamente nos leilões de energia nova A-5 e A-6 e seu § 2º definiu as

§ 2º As contratações estabelecidas no caput deste artigo serão por 20 (vinte) anos, ao

condições dessa contratação conforme a seguir:

do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportadas pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.



CONTRIBUIÇÃO REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA MME Nº 165/2024 NOME DA INSTITUÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de Consumidores da C MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

TEXTO/ANEEL	TEXTO/INSTIT UIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
4.5. Para fins de apuração do montante estabelecido de 2.000 MW, nenhum Estado da Federação deverá ter mais de 500 MW (quinhentos megawatts)da capacidade instalada total contratada. O montante que exceder os 500 MW (quinhentos megawatts) de capacidade instalada contratada em qualquer Estado não será considerado no cômputo dos 2.000 MW (dois mil megawatts).	Comentário.	Os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH´s, para atendimento ao Art.21 da Lei nº 14.182/202, que forem comprovadamente maiores que as demais contratações de hidrelétricas objeto do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportadas pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.
4.6. Ademais, a contratação de centrais hidrelétricas até 50 MW (cinquenta megawatts) por meio dos Leilões A-5 e A-6 também deverão priorizar, preferencialmente, os Estados com maior número de projetos habilitados, não podendo nenhum Estado ter mais de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade total contratada.	Comentário.	Os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH 's, para atendimento ao Art.21 da Lei nº 14.182/202, que forem comprovadamente maiores que as demais contratações de hidrelétricas objeto do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportadas pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.
4.7. Desse modo, para a realização do LEN "A-6" de 2024 , se faz necessário incluir, no rol de CCEARs a serem negociados, a oferta de contratação de energia na modalidade por quantidade , para os seguintes empreendimentos hidrelétricos:	Comentário.	Os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH 's, para atendimento ao Art.21 da Lei nº 14.182/202, que forem comprovadamente maiores que as demais contratações de hidrelétricas objeto do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportadas pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.

a) Central Geradora Hidrelétrica - CGH;

b) Pequena Central Hidrelétrica - PCH;
c) Usina Hidrelétrica (UHE) com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts)

d) **Ampliação** de CGH, PCH ou UHE existentes com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts).

II - Inovações e aprimoramentos em relação ao LEN "A-5" de 2022

4.8. Nos últimos anos, sobretudo em 2021 e 2022 e mesmo depois dos leilões de 2020 e 2023 não terem sido realizados, as demandas apresentadas pelas distribuidoras de energia elétrica tem sido **notadamente baixas**, conforme podemos observar no gráfico abaixo. Figura 1 - Energia contratada nos leilões de energia nova por ano, 2005-2022.

Comentário.

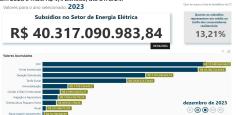
A Sobrecontratação no Brasil, em função da saída de consumidores livres e o crescimento vertiginoso da MMGD, deixa uma conta para os consumidores cativos, que só em 2023 foi de R\$ 6,53 bilhões. O MME tem que resolver esta questão que é extremamente prejudicial aos consumidores cativos de energia



4.9. São vários os **fatores** que somados convergem para o **esvaziamento** dos leilões de energia nova. O primeiro deles que se pode destacar é o contexto liberalização e abertura no qual o setor elétrico brasileiro está inserido. A **abertura de mercado** é um movimento que está associado à maior liberdade econômica dos agentes, já que permite a eles escolherem seus fornecedores de energia elétrica. O processo traz major liberdade de escolha para os consumidores, com a consequente ampliação da competividade, ao permitir o acesso a outros fornecedores além da distribuidora. A abertura traz ainda autonomia ao consumidor que pode gerenciar suas preferências, podendo optar por produtos que atendam melhor seu perfil de consumo. Além disso a concorrência tende a proporcionar preços mais interessantes, melhorando a eficiência do setor elétrico e da economia brasileira

alha o MME quando associa a abertura de mercado com menores preços fruto de concorrência. Na verdade a redução de preços para o mercado livre vem de não obrigatoriedade do cumprimento de ontratações exigidas no mercado cativo, a exemplo dos apontados nesta nota técnica por exigência da Lei 14.182. E sem dúvida, o maior efeito de redução de preços para o mercado livre, deve ser imputado aos subsidios para energia incentivada, lideradas pelas fontes Solar e Eólica, que consumiram R\$ 10,7 bilhões em 2023 e mais R\$ 4,4 bilhões, até 31/5/24.

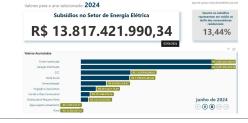
Valores para o ano selecionado: 2023

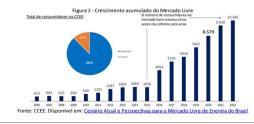


4.10. A partir da Consulta Pública nº 131/2022 que resultou na Portaria nº 50/2022, o MME reduziu os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores no mercado livre e permite aos consumidores do mercado de alta tensão comprar energia elétrica de qualquer supridor. Com isso, é permitido a qualquer consumidor atendido por Tarifa do Grupo A, independente do seu consumo, escolher seu fornecedor de energia elétrica. O processo de migração dos consumidores tem sido acelerado nos últimos anos, conforme demonstra estudo publicado pela CCEE.

Comentário

Falha o MME quando associa a abertura de mercado com menores preços fruto de concorrência. Na verdade a redução de precos para o mercado livre vem de não obrigatoriedade do cumprimento de contratações exigidas no mercado cativo, a exemplo dos apontados nesta nota técnica por exigência da Lei 14.182. E sem dúvida, o maior efeito de redução de preços para o mercado livre, deve ser imputado aos subsídios para energia incentivada, lideradas pelas fontes Solar e Eólica, que consumiram R\$ 10,7 bilhões em 2023 e mais R\$ 4,4 bilhões, até 31/5/24.



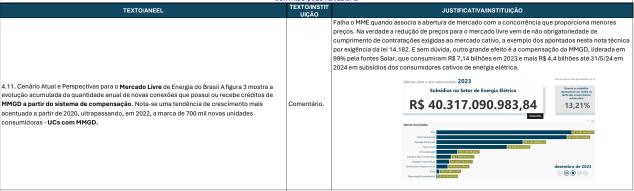


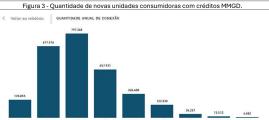


NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de Consumidores da (
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empre "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS ndimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN





4.12. Adicionalmente, o mercado livre vem se consolidando como motor da expansão do seto elétrico. As usinas que não possuem contratos no ambiente regulado são responsáveis por 67% do parque em construção sendo que o total em construção é de 15.435 MW em abril/2024. Fonte: ANEEL Disponível em: br/centrais-de-conteúdos/relatórios-e-indicadores/geração

verdade a redução de preços para o mercado livre vem de não obrigatoriedade do cumprimento de contratações exigidas no mercado cativo, a exemplo dos apontados nesta nota técnica por exigência da Lei 14.182. E sem dúvida, o maior efeito de redução de preços para o mercado livre, deve ser imputado aos subsídios para energia incentivada, lideradas pelas fontes Solar e Eólica, que consumiram R\$ 10,7 bilhões em 2023 e mais R\$ 4,4 bilhões, até 31/5/24.

Valores para o ano selecionado: 2023

Falha o MME quando associa a abertura de mercado com menores preços fruto de concorrência. Na



4.13. Assim, se faz necessário buscar os aprimoramentos necessários aos leilões de energia nova com vistas a **resgatar o interesse dos agentes de distribuição** em participar dos certames bem como incorporar conceitos e diretrizes presentes nas discussões de modernização do setor elétrico. As inovações aqui propostas têm por objetivo o aumento da competitividade pelo lado da oferta, a melhora na alocação de risco entre compradores e vendedores e a redução dos contratos legados por meio da redução dos prazos contratuais.

4.14. Nesse contexto, a nortaria de diretrizes e sistemática dos leilões passam a não apresenta produtos a serem contratados segregados por fonte. A realização de leilões de compra de energia com base em neutralidade tecnológica significa a ausência de determinação, por parte do planejamento centralizado, da fonte primária, da tecnologia ou do arranjo entre estas para o atendimento da demanda declarada pelas distribuidoras.

4.15. Essa iniciativa representa um caminho para a **neutralidade tecnológica**, ou seja, a ausência de determinação, por parte do planejamento centralizado, da fonte primária, da tecnologia ou do arranjo entre estas para o atendimento da demanda declarada pelas distribuidoras. Assim, a proposta de diretrizes para o Leilão "A-4" de 2024 traz as fontes juntas, em produto único, incluindo a possibilidade de participação de novos empreendimentos híbridos. No caso do **Leilão "A-6" de** 2024, hayerá um produto específico para as hidrelétricas até 50 MW, em atendimento à Lei nº

Neutralidade tecnológica pode existir, porem a capacidade de despacho também pode afetar o valor final do custo para o consumidor dependendo da fonte. Este efeito não deve ser levado em conta? Quanto a questo de contratação de PCH 's para atendimento à Lei nº 14.182, de 2021, entendemos que os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH's que forem comprovadamente majores que as demais contratações de hidrelétricas objeto do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportados pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.

4.16. Diferente do I FN A-5 de 2022, não serão ofertados usinas com contratos de disponibilidade. A avaliação é que a contratação de usinas para atendimento dos requisitos do sistema elétrico é mais aderente aos **contratos de reserva de capacidade**, tal como os contratos oferecidos para o LRCAP 2024, conforme divulgado na Consulta Pública nº 160/2024, aberta pela Portaria MME nº 774/2024. Nesse sentido, os contratos de quantidade estão mais aderentes ao objetivo de suprir a contratação de energia pelas distribuidoras.

Comentário

Neutralidade tecnológica pode existir, porem a capacidade de despacho também pode afetar o valor final do custo para o consumidor dependendo da fonte. Este efeito não deve ser levado em conta? A separação da contratação em contratos específicos para quantidade de energia e para capacidade, pode levar a custos finais maiores para os consumidores cativos. Algo que de fato já se verifica quando . da contratação de potência sugerida pelo MME na CP-160 (Leilão Reserva Potência) quando impõe a contratação para consumidores cativos e livres. Este Conselho sugeriu que a contratação de potência seja imposta a quem deu causa, ou seja, os geradores que não são despacháveis.

4.17. Por fim, na linha de **maior atratividade dos contratos do ambiente regulado**, propõe-se contratos com duração de **15** (quinze) **anos** para todos os produtos, exceto para a contratação de empreendimentos hidrelétricos menores que 50 MW (cinquenta megawatts), que será por 20 (vinte) Comentário. anos, em atendimento à Lei nº 14.182, de 2021. 4.18. Assim, os Leilões **A-4 e A-6, de 2024**, possuem, respectivamente, 1 (um) e 2 (dois) produtos, totalizando 3 (três) produtos distintos

Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado diretamente ao prazo em faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe justificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Se isto não ocorrer os valores dos pagamentos mensais pela contratação serão maiores. A fórmula financeira para calculo da remuneração mensal é R=VP.[(1+i)^i]/[(1+i)^i-i-1], onde, R=valor da remuneração mensal; VP=valor presente; i=taxa de juros. Se VP=R\$ 10.000; i=0,5%a.m.para 180 meses (15 anos) o valor resulta R = R\$ 83,97. Para 240 meses (20 anos) R=71,29. Ou seja, para o mesmo investimento, mesma taxa de remuneração, a diferença do valor mensal a ser pago entre 15 e 20 anos é de 17,7%, um valor muito significativo.

III. - Minuta de portaria de diretrizes para os LENs "A-4" e "A-6" de 2024 4.19. A minuta de portaria de diretrizes para os LENs "A-4" e "A-6", de 2024, anexa a esta Nota Técnica, está estruturada em 4 (quatro) capítulos:

Capítulo I – Do Cadastramento e da Habilitação Técnica; Capítulo II – Do Edital e dos Contratos;

Capítulo III - Da Declaração de Necessidade de Compra de Energia Elétrica; e

Capítulo IV – Das Disposições Finais.



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN DALL ISTA Consolho de Consumidares de CDEL

NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de Con-MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATO REGULATÓRIO: NOTA TECNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

TEXTO/INSTIT JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO 4.20. Os dispositivos iniciais definem o objeto do ato e determinam sua implementação pela ANEEL, estabelecendo que os LENs "A-4" e "A-6" de 2024 deverão ser realizados sequencialmente Capítulo I - Do Cadastramento e da Habilitação Técnica 4.21. Para fins de cadastramento, como de praxe, os empreendedores deverão preencher e encaminhar à **EPE** a ficha de dados constante do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia (**AEGE**) e demais documentos, conforme instruções disponíveis no seu sítio na internet, bem como a documentação referida na Portaria nº 102, de 22 de março de 2016, que estabelece as condições para cadastramento de empreendimentos de geração em leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva, com vistas à Habilitação Técnica.

4.22. Por economia processual, há a possibilidade de que os empreendedores que tiveram projetos habilitados no Leilão de Energia Nova "A-5" de 2022 requeiram o cadastramento desses empreendimentos para os LENs "A-4" e "A-6" de 2024, sem a necessidade de reapresentação integral dos documentos necessários, desde que sejam mantidos inalterados os parâmetros, características técnicas e demais informações dos referidos projetos, com exceção do ponto de conexão (o qual poderá ser alterado). 4.23. No caso de **utilização do mesmo cadastro**, fica vedada a apresentação de quaisque documentos em substituição aos protocolados no cadastramento para o Leilão de Energia Nova "A 5" de 2022, com exceção do Despacho de Requerimento de Outorga (DRO) emitido pela ANEEL, de licença ambiental cujo prazo de validade tenha expirado, de parecer de acesso ou documento equivalente (quando aplicável) e quaisquer outros documentos quando solicitados pela EPE, em consonância com o que dispõe a minuta de portaria. 4.24. A minuta dispõe de dispositivo que trata dos casos de inabilitação, mesmo quando atendidas as condições estabelecidas pela Portaria nº 102, de 2016. Propõe-se que não seja habilitado tecnicamente pela EPE o empreendimento de geração não termelétrico cujo Custo Variável Unitário (CVU) seja superior a zero.

4.25. Ademais, de modo a definir um **porte mínimo para os empreendimentos participantes** propõe-se a não habilitação de empreendimentos não hidrelétricos que possuam capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW (cinco megawatts), bem como de empreendimentos hidrelétric com capacidade inferior a 1 MW (um megawatt). 4.26. A Portaria nº 102, de 2016 estabelece as condições para cadastramento e habilitação técnica de empreendimentos de geração para fins de participação em leilões de energia nova, de fontes alternativas e de reserva junto à EPE. Assim, a minuta de portaria contém dispositivo que determina a não habilitação de empreendimentos cadastrados que não atendam às referidas condições, ressalvadas as excepcionalidades já previstas na própria minuta de portaria. 4.27. Por fim. o texto ainda traz a vedação que uma central geradora híbrida (UGH) participante seja resultante de **ampliação** ou alteração de características técnicas de empreendime existente ou de empreendimento que já tenha comercializado energia em leilões do ambiente A restrição para UGH (Hibrida) ser apenas para tecnologia solar e eólica, não deve existir, pois regulado. Nesse caso, há a necessidade de se avaliar a definição de uma nova metodologia para a revisão da garantia física para essas geradoras que não possuem, atualmente, sua garantia física alternativas como UTE 's a biomassa com solar ou UHE 's com solar em seus reservat permitidas. calculadas como híbridas, sendo um dos pontos que podem ser avaliados durante a Consulta Pública. Ainda sobre **centrais hibridas, somente serão permitidas** as usinas cujas combinações de tecnologias de geração seja composta exclusivamente por geração **eólica e solar** fotovoltaica. Capítulo II - Do Edital e dos Contratos 4.28. Em consonância com a legislação em vigor, a proposta de diretrizes determina que caberá à ANEEL elaborar o edital e seus anexos, incluindo-se os respectivos CCEARs, bem como adotar as medidas necessárias para a **promoção dos Leilões**, em conformidade com as diretrizes indicadas na minuta de portaria proposta, além daquelas definidas nas Portarias nº 29, de 28 de janeiro de 2011, nº 514, de 2 de setembro de 2011, nº 481, de 26 de novembro de 2018, nº 444, de 25 de agosto de 2016 e em outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia 4.29. A minuta também determina que o Edital deverá vedar a participação das usinas que entrarem em operação comercial até a data de sua publicação, explicitando o que determina o art. 2º, § 7º-A, inciso I, da Lei nº 10.848, de 2004. Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado diretamente ao prazo em que os faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe 4.30. No I eilão de Energia Nova "A-4" de 2024, serão negociados CCEARs na modalidade iustificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Se isto não ocorrer os valores dos pagamentos mensais pela contratação serão maiores. A fórmula financeira para calculo da remuneração mensal é R=VP.[(1+1)^1]/[(1+1)^1-1], onde, R=valor da remuneração mensal; VP=valor quantidade, com prazo de suprimento de 15 (quinze) anos, para novos empreendimentos de geração de fonte hidrelétrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica, incluindo ampliação de mpreendimentos existentes e soluções híbridas. resente; i=taxa de juros. Se VP=R\$ 10.000; i=0,5%a.m.para 180 meses (15 anos) o valor resulta R = R\$ 83,97. Para 240 meses (20 anos) R=71,29. Ou seja, para o mesmo investimento, mesma taxa de remuneração, a diferença do valor mensal a ser pago entre 15 e 20 anos é de 17,7%, um valor muito significativo. 4.31. No Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024, serão negociados os seguintes CCEARs: I- na modalidade por quantidade, com prazo de suprimento de **20 (**vinte) **anos,** para os seguintes empreendimentos hidrelétricos; a) Central Geradora Hidrelétrica - CGH; b) Pequena Central Hidrelétrica - PCH; c) Usina Hidrelétrica (UHE) com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts); d) ampliação de CGH. PCH ou UHF existentes com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts); Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado diretamente ao prazo em que os faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe justificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Se isto não ocorrer os II - na modalidade quantidade, com prazo de suprimento de 15 (quinze) anos, para novos valores dos pagamentos mensais pela contratação serão maiores. A fórmula financeira para calculo da remuneração mensal é R=VP.[(1+i)^î]/[(1+i)^i-1], onde, R=valor da remuneração mensal; VP=valor reendimentos de geração de fonte eólica, solar fotovoltaica e ter ampliação de empreendimentos existentes e soluções híbridas. presente; i=taxa de juros. Se VP=R\$ 10.000; i=0,5%a.m.para 180 meses (15 anos) o valor resulta R = R\$ 8,937. Para 240 meses (20 anos) R=71,29. Ou seja, para o mesmo investimento, mesma taxa de remuneração, a diferença do valor mensal a ser pago entre 15 e 20 anos é de 17,7%, um valor muito ignificativo 4.32. O Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024 permitirá a participação de empreendimentos que utilizem fonte primária eólica ou fotovoltaica em qualquer configuração - híbrida ou isolada, empreendimentos **hidrelétricos**, e empreendimentos **termelétricos com CVU nulo**, inclusive, caso dos empreendimentos à **biogás**, empregar combustível proveniente de biogás de aterro A restrição para UGH (Hibrida) ser apenas para tecnologia solar e eólica, não deve existir, pois Comentário alternativas como UTE 's a biomassa com solar ou UHE 's com solar em seus reservatórios deveriam se sanitário ou de biodigestores de resíduos vegetais ou de animais, assim como lodo de estações de stratamento de esgoto, biomassa, combustão de recuperação energética de residuos sólidos urbanos (de acordo com Portaria Interministerial nº 274, de 30 de abril de 2019, dos Ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia e do Desenvolvimento Regional)



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de C MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

TEXTO/ANEEL	UIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
4.33. Em face da Lei nº 14.182/2021, o Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024 – além de atender à neutralidade tecnológica com a contratação de soluções híbridas ou isoladas, por um período de suprimento de 15 (quinze) anos – buscará contratar metade da demanda de energia declarada pelas distribuidoras para 2030, por meio de empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts), sejam eles novos ou ampliações de empreendimentos existentes, por um período de suprimento de 20 (vinte) anos.	Comentário.	Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado diretamente ao prazo em que os faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe justificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Os custos adicionais desta contratação exclusiva para PCH 's que forem comprovadamente maiores que as demais contratações de hidrelétricas objeto do leilão A-6 sem a limitação de potência devem ser aportadas pelo Tesouro Nacional. O consumidor cativo de energia elétrica, nada tem haver com imposições da privatização da Eletrobrás.
4.34. Mantém-se também a obrigatoriedade de que cada empreendimento destine, no mínimo, 30% (trinta por cento) da energia habilitada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR).	Comentário.	Visto que esta contratação é para o ACR, a destinação mínima deve ser de 70% para o ACR nos mesmos moldes de leilões anteriores.

- 4.35. Considerando que **CGHs** podem apresentar **caráter precário** por estarem construídas em rios sem inventário aprovado pela ANEEL, os CCEARs deverão dispor de cláusula que determina sua rescisão, caso o empreendimento seja afetado por aproveitamento ótimo do curso d'água que comprometa o atendimento aos lotes de energia contratados no Leilão. Em suma, tais diretrizes tem como obietivo alocar, ao empreendedor, o risco de que seu aproveitamento hidrelétrico venha a ser afetado por algum aproveitamento ótimo da bacia hidrográfica do rio, identificado no âmbito do estudo de inventário.
- 4.36. A minuta também estabelece a possibilidade de alteração de características técnicas após a outorga das usinas, desde que as alterações não comprometam o quantitativo de lotes negociados pelo empreendimento, devendo ser observadas ainda as condicionantes estabelecida na Portaria nº 481, de 26 de novembro de 2018, que estabelece diretrizes para a análise e aprovação de alterações de características técnicas de empreendimentos de geração, outorgados pelo Ministério de Minas e Energia, em decorrência de terem comercializado energia em leilões de energia nova, de reserva ou de fontes alternativas. Adicionalmente, prevê a **inabilitação de usinas** que se sagraram vencedores de leilões anteriores do ambiente regulado e que estejam em processo de alteração de característica técnicas, não aprovado pela ANEEL, até a data final de cadastramento.
- 4.37. Entretanto, como novidade, fica vedado aos empreendedores de projetos híbridos a modificação das características técnicas que resulte na eliminação de uma das tecnologias de geração, com o objetivo de impedir uma alteração que modifique suas características após o leilão para se transformar em uma única tecnologia.
- 4.38. Tal qual já adotado no Leilão "A-5" de 2022, na minuta de portaria de diretrizes propõe-se que sejam adotadas margens remanescentes de escoamento do SIN como critério de classificação dos certames. O objetivo da medida, juntamente com o afastamento do art. 9º da Portaria nº 514, de 2011, é mitigar riscos de que empreendimentos que venham se sagrar vencedores possam vir a ter sua produção energética restringida por gargalos nos sistemas de transmissão ou distribuição
- 4.39. A minuta proposta abre a possibilidade de serem considerados nos cálculos de capacidade remanescente do SIN empreendimentos que possuam Parecer de Acesso válido, emitido pelo ONS ou Distribuidora. Para esses casos, será necessária a assinatura do CUST ou do CUSD até o prazo final de Cadastramento. Assim, procura-se **mitigar o risco** de disponibilizar a mesma margem a 2 (dois) ou mais empreendimentos no mesmo ponto de conexão, bem como incentivar o agente de geração do ACL detentor de solicitação de acesso a tomar as providências cabíveis para a emissão do parecer de acesso e posterior assinatura do respectivo contrato de uso do Sistema.
- 4.40. As diretrizes gerais para a aplicação de tal mecanismo estão definidas na Portaria nº 444, de 25 de agosto de 2016. Todavia, propõe-se, na minuta de portaria de diretrizes, algumas flexibilizações: adoção de uma configuração do sistema elétrico mais próxima à data de realização do certame; inclusão das obras licitadas nos leilões de transmissão que ocorrerão em 2024, desde que a data de entrada em operação seja compatível com a data de início de suprimento dos contratos; possibilidade de **desconsideração de restrições** causadas exclusivamente por superações de **nível de curto-circuito**, as quais podem ser contornadas por meio da substituição de disjuntores, bem como as **violações de capacidade de corrente nominal** passíveis de solução pela substituição de disjuntores, chaves seccionadoras, transformadores de corrente, bobinas de bioqueio, cabos de conexão e seções de barramento em subestações, cujo custo associado será alocado nos termos estabelecidos em edital; **alteração do prazo** para a publicação da nota técnica que divulga as margens remanescente de escoamento, de modo a possibilitar maior prazo para que as equipes técnicas da EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) possam realizar os trabalhos de quantificação dessas margens.
- 4.41. Tal orientação está alinhada com discussões realizadas para futura atualização à Portaria nº 444, de 2016, de modo que tais alterações possam ser incorporadas em definitivo aos norma vos vigentes

Capítulo III – Da Declaração de Necessidade de Compra de Energia Elétrica :

- 4.42. A minuta estabelece que as declarações de necessidade das distribuidoras deverão ser apresentadas, em caráter irrevogável e irretratável, em data ainda não definida, devendo ontemplar a totalidade do mercado a **ser atendido** (ou seja, o ainda não contratado) a partir de de janeiro de 2028 para o LEN "A-4" e a partir de 1º de janeiro de 2030 para o LEN "A-6". As declarações deverão ocorrer na forma e modelos que serão informados no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia. A praxe é que as declarações ocorram de modo eletrônico, por meio do denominado "Sistema DDIG".
- 4.43. A proposta determina ainda que os agentes de distribuição que atuem nos Sistemas Isolados, com previsão de interligação ao SIN antes do início do período de suprimento dos LENs "A-4" e "A-6" de 2024, **declarem** suas necessidades de compra de energia elétrica.

Capítulo IV - Das Disposições Finais

- 4.44. Em seu último capítulo, a minuta de portaria apresenta apenas 3 (três) dispositivos. O realização dos Leilões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024.

 4.45. O segundo se destina a fixar o **Programa Mensal de Operação (PMO)** como referência para
- cálculo das garantias físicas. Propõe- se o mês subsequente ao término do cadastramento (cuja publicação deve ocorrer ao final do mês anterior), de modo a permitir que a EPE realize os cálculo: necessários e que o Ministério de Minas e Energia homologue os resultados com a devida antecedência.
- 4.46. O terceiro traz que, para fins de participação nos LENs "A-4" e "A-6" de 2024, a garantia física de energia das centrais **geradoras hibridas** será **calculada conforme metodologia definida no Anexo I** da Portaria. Atualmente, não existe instrumento definido para a definição de garantia física desses empreendimentos. Adicionalmente, a revisão dos montantes de garantia física de energia com base na geração de energia elétrica verificada ou com base nas alterações de características técnicas das centrais geradoras híbridas que se sagrarem vencedoras dos LENs "A-4" e "A-6" de 2024 será realizada de acordo com metodologia a ser definida pelo Ministério de Minas e Energia

IV - Justificativa de não aplicação de AIR



NOME DA INSTITUIÇÃO: COCEN PAULISTA Conselho de C MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empre-"A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS ndimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de 2024 e LEN

JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO

TEXTO/INSTIT

4.47. Para a operacionalização da Análise de Impacto Regulatório (AIR), conforme estal 16, do Decreto nº 10.411 de 2020, foi editada a Portaria Normativa MME nº 30/GM, de 22 de outubro de 2021, que instituiu, no âmbito do MME, o Programa de Análise de Impacto Regulatório. A referida Portaria, além de estabelecer os objetivos, diretrizes e competências das unidades envolvidas na

AIR, detalha no art. 16 as hipóteses de não aplicabilidade de AIR às propostas de edição e de alteração de atos norma vos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados relacionados às atribuições do MME que, por oportuno, são reproduzidos in verbis:

Art. 16. A edição, a alteração ou a revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados pelo Ministério de Minas e Energia será precedida de AIR.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a atos normativos:

- I de natureza administrativa, cujos efeitos sejam restritos ao Ministério de Minas e Energia; II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específic
- cujos destinatários sejam individualizados;
- III que visam à correção de erros de sintaxe, ortografia, pontuação, tipográficos ou de numeração de normas previamente publicadas; IV - que visam a consolidar outras normas sobre determinada matéria, sem alteração de mérito;
- V que visam à revogação ou atualização de normas obsoletas, se alteração de mérito:
- os de natureza recorrente, que apresentem pouca variação em relação a edições anteriores; e
- VII necessários à realização dos Leilões de que tratam o Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021. (grifo nosso)
- 4.48. Observe-se que o inciso VII, do parágrafo único do art. 16 da citada Portaria, ressalva explicitamente os atos necessários à realização de Leilões, regulamentados pelo Decreto nº 5.163/04, e que incluem, portanto, a proposta de minutas de Portaria objeto de análise da presente Nota Técnica
- 4.49. Observe-se ainda que a não aplicabilidade não se confunde com a faculdade de dispensa pela autoridade competente, autorizada pelo art. 17 da Portaria Normativa nº 30/GM/MME/2021. pois quando o normativo trata da dispensa, prescreve uma série de contornos, um deles é a necessidade de escrutínio pelo Comitê Permanente para Análise de Impacto Regulatório (CPAIR), nos termos do inciso VIII, do art. 7º, da Portaria Normativa nº 30/GM/MME/2021
- 4.50. Logo, a minuta de Portaria (SEI nº 0896490) enquadra-se na hipótese de não aplicabilidade de AIR, sem oitiva do CPAIR

V - Justificativa para a Vigência Imediata do Ato - Atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019

- 4.51. Tendo em vista a importância dos processos citados para o mercado de energia elétrica, ben como para as instituições e agentes envolvidos nos processos de Leilões de Energia Nova, entendo se que a vigência do ato normativo resultante seja imediata, com base no que dispõe o Decreto nº
- 10.139, de 2019, em seu art. 4º: 4.52. Art. 4º Os atos normativos estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a sua produção de efeitos:

 - I de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e II sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência

justificada no expediente administrativo. (grifo nosso) 4.53. Ademais, dado que o ato não impõe obrigações imediatas, não há óbice para que sua **entrad**i

- em vigor se dê a partir de sua publicação.
- 4.54. Dessa forma, entende-se necessário que a divulgação da Portaria contendo as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A6" de 2024 produza efeitos imediatamente após sua publicação
- 4.55. Por fim, o Parecer nº 153/2024/CONJUR-MME/CGU/AGU (SEI nº 0896227) opinou pela r**egularidade jurídico-formal** da minuta de Portaria Ministerial que divulga, mediante Consulta Pública, a Minuta de Portaria de Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024. Assim, nova análise da CONJUR aconteceria após a realização da Consulta Pública proposta.
- 4.56. Adicionalmente, a CONJUR ressalvou apenas que ainda deve ser fixado o prazo para recebimento das contribuições na Consulta Pública, ainda em aberto na minuta analisada. Dessa forma, por se tratar de um leilão de energia nova, realizado rotineiramente no setor elétrico, propō se 15 dias de contribuições a par r da publicação da Portaria, ou seja, até 31 de majo de 2024.

5. DOCUMENTOS RELACIONADOS

dinuta Interna DPOG (SEI nº 0896490);

6.1. Por todo exposto e tendo em vista as **inovações propostas** para as diretrizes a serem aplicadas aos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024, recomenda-se a submissão desta Nota Técnica, acompanhada da Minuta Interna DPOG (SEI nº 0896490) que define as diretrizes e **a abertura de consulta pública**, nos termos já apresentados, para avaliação do Senhor Secretário de Transição Energética e Planejamento, bem como posterior envio à análise para apreciação pelo Senhor Ministro de Minas e Energia para avaliação final de conveniência e oportunidade da abertura de consulta pública sobre a matéria até 31 de maio de 2024, disponibilizando-se esta Nota Técnica e os documentos listados na seção 5 acima

Christiany Salgado Faria, Diretor(a) do Departamento de Planejamento e Outorgas de Geração de Energia Elétrica

André Grobério Lopes Perim, Coordenador(a)-Geral de Expansão de Geração

Marlian Leao de Oliveira, Coordenador(a) de Estudos de Apoio à Expansão



NOME DA INSTITUIÇÃO: Co e Cidadãos Consumidores de Energia Elétrica de Poços de Caldas - CONCCEL MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024. te de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveni 2024 e LEN "A-6" de 2024).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 789/GM/MME, DE 22 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos arts. 12, 19 e 20, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo nº 48360.000022/2024-92, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, a minuta de Portaria Normativa contendo as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Provenientes de Novos Empreendimentos de Geração, denominado

I - Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024; e

II - Leitão de Energia Nova "A-6" de 2024. Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes podem ser obtidos na página do Ministério de

Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas. Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo

Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, até 3 de junho de 2024. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE SILVEIRA

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA NORMATIVA Nº /GM/MME, DE DE DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que line confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 12, 1 9 e 20, do Decreto n° 5.183, de 30 de julho de 2004, no art. 4º, parágrafo único, do Decreto n° 1.130, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo n° 48860.000022/2020.

resolve: Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria Normativa, as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Provenientes de Novos Empreendimentos de Geração, denominados:

I - Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024: e

II - Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024.

Art. 2º A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel deverá promover, direta ou indiretamente, os Leilões de que trata o art 1º de acordo com as Diretrizes definidas nas Portarias nº 29/GM/MME, de 28 de janeiro de 2011, nº 514/GM/MME, de 2 de setembro de 2011, nº 444/GM/MME, de 25 de agosto de 2016, na Portaria Normativa nº 57/GM/MME, de 21 de dezembro de 2022, na presente Portaria Normativa e em outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. Os Leilões de que trata o art. 1º deverão ser realizados sequencialmente em dezembro de 2024, ndo ser primeiramente realizado aquele de que trata o art.

CAPÍTULO I DO CADASTRAMENTO E DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Art. 3º Os empreendedores que pretenderem propor a inclusão de projetos de empreendimentos de geração nos Leilões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024 deverão requerer o Cadastramento e a Habilitação Técnica dos respectivos projetos à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, encaminhando a Ficha de Dados constante do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia (AEGE), individualizada por leilão, e demais documentos, conforme instruções disponíveis em www.epe.gov.br, bem como a documentação referida na Portaria nº 102/GM/MME, de 22 de março de 2016.

§ 1º O prazo para cadastramento de projetos será até as 12 (doze) horas de de de 2024 (data cadastro).

s 1º O prizzo para cadastramento de projetos será até as 12 (doze) noras de de de 2024 (data cadastro).

\$2º Os empreendedores cujos projetos sejam de fontes eólica, solar fotovoltaica, hidrelétrica e termelétrica a biomassa ou a biogás que tenham sido habilitados junto à EPE para fins de Habilitação Técnica e participação no Leilão de Energia Nova "A-5" de 2022, de que trata a Portaria Normativa nº 41/GM/MME, de 14 de abril de 2022, poderão requerer o Cadastramento dos respectivos empreendimentos, estando dispensados da reapresentação de documentos, desde que mantidos inalterados os parámetros, as características técnicas e demais informações dos referidos projetos, sendo obrigatório o registro desta opção no AEGE no momento da inscrição do empreendimento, oportunidade na qual deverão declarar a validade de toda e qualquer documentação apresentada para fins de Cadastramento nos Leilões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024.

8 2º Aos empreendedores que optarem pelo Cadastramento nos termos do 8 2º, fica vedada a apresentação de quaisquer documentos em substituição aos protocolados na EPE por ocasião do cadastramento no Leilão de Energia Nova "A-4" ou "A-6" de 2024, com exceção de:

I - Licença Ambiental cujo prazo de validade tenha expirado; II - Parecer de Acesso ou documento equivalente definidos no art. 4º, § 3º, incisos V e VI, da Portaria nº 102/GM/MME, de 2016; e

102/GM/MME, de 2016; e

IIII - quisiaquer outros documentos quando solicitados pela EPE.

8 4º Aos empreendedores que optarem pelo Cadastramento nos termos do § 2º, é permitido o Cadastramento
empreendimento em Ponto de Conexão distinto daquele cadastrado no Leilão de Energia Nova "A-5" de 2022,
observado o disposto no art. 8º, § 2º a.
Art. 4º Não serão Habilitados Tecnicamente pela EPE os seguintes empreendimentos de geração:

1 - ugo Custo Variável Unitário (CVU) seja superior à zero;

III - hidrelétricos com capacidade instalada inferior a 1 MW (um megawatt);

IIII - não hidrelétricos com capacidade instalada inferior ou igual a 5 MW (cinco megawatts);

IV - que não atendam às condições para Cadastramento e Habilitação Técnica estabetecidas peta Portaria nº 102/GM/MME, de 2016, observadas as demais condicionantes e exceções dispostas nesta Portaria Normativa; e

V - cujo Barramento Candidato, de que trata o art. 2º, inciso VI, da Portaria nº 444/GM/MME, de 2016, tenha

capacidade remanescente para escoamento de geração inferior à respectiva potância injetada. VI - Central Geradora Hibrida (UGH) que seja resultante de ampliação ou alteração de caracterist empreendimento existente ou de empreendimento que já tenha comercializado energia em leilõe:

regulado;
VII - Central Geradora Hibrida (UGH) cuja combinação de tecnologias de geração não exclusivamente por geração eólica e geração solar fotovoltaica; e

VIII - que se sagraram vencedores de Leliões do Ambiente Regulado e que estejam em processo de alteração de característica técnicas, não aprovado pela Aneel, até a data final de Cadastramento prevista no art. 3º, § 1º.

Art. 5º Para o cálculo da garantia física de energia de Central Geradora Hidrelétrica (CGH), de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e de Usina Hidrelétrica (UHE) com potência instalada igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts) serão utilizado os parâmetros do projeto a ser Habilitado Tecnicamente pela EPE, não se aplicando o disposto:

I - no art. 3º, parágrafo único, da Portaria nº 463/GM/MME, de 3 de dezembro de 2009; e
II - no art. 4º, 8 4º, inciso V, da Portaria nº 102/GM/MME, de 2016.
Parágrafo único. A garantia Tísica de energia de CGH, PCH de UHE com potência iguat ou inferior a 50 MW (cinquenta meagawatts) já publicada pelo Ministério de Minas e Benergia poderá ser revista, considerando os parámetros do projeto a ser Habilitado Tecnicamente pela EPE.

CAPÍTULO II DO EDITAL E DOS CONTRATOS

Art. 6º Caberá à Aneel elaborar os Editais, seus Anexos e os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, bem como adotar as medidas necessárias para a promoção dos Leilões de Energia Nova "A-Ambiente Regulado - UcAns, uni commente de energia elétrica ocorrerá em:

1 ° O Inicio do suprimento de energia elétrica ocorrerá em:

1 · 1º de janeiro de 2028, para o Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024; e

II · 1º de janeiro de 2030, para o Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024; e

8 ° O S Editais deverão prever que não poderão participar do S Leilões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024, os



Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado diretamente ao prazo em que os faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe justificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Se isto não ocorrer os valores dos pagamentos mensais pela contratação serão maiores. A fórmula financeira para calculo da remuneração mensal é R=VP.[(1+i)^i]/[(1+i)^i-1], onde, R=valor da remuneração mensal; VP=valor presente; i=taxa de juros. Se VP=R\$ 10.000; i=0.5%a m nara 180 meses (15 anos) o valor resulta R = R\$ 83.97 Para 240 meses (20 anos) R=71,29. Ou seja, para o mesmo investimento, mesma taxa de remuneração, a diferença do valor mensal a ser pago entre 15 e 20 anos é de 17,7%, um valor muito significativo.

te de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de

diretamente ao prazo em que os faturamentos estão garantidos, assim sendo, para uma mesmo taxa de juro, um contrato de 15 anos exigirá um valor de remuneração mensal maior que um contrato de 20 anos. Portanto não existe justificativa para os prazos contratuais serem diferentes e menores que 20 anos. Se isto não ocorrer os valores dos pagamentos mensais pela contratação serão maiores. A fórmula financeira para calculo da remuneração mensal é R=VP.[(1+i)^i]/[(1+i)^i-1], onde, R=valor da remuneração mensal; VP=valor presente; i=taxa de juros. Se VP=R\$ 10.000; i=0,5%a.m.para 180 meses (15 anos) o valor resulta R = R\$ 83,97. Para 240 meses (20 anos) R=71,29. Ou seja, para o mesmo investimento, mesma taxa de remuneração, a diferença do valor mensal a ser pago entre 15 e 20 anos é de 17,7%, um valor muito

significativo.

Para um investidor o retorno sobre o investimento está associado



NOME DA INSTITUIÇÃO: Conselho de Cidadãos Consumidores de Energia Elétrica de Poços de Caldas - CONCCEL MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

ATO REGULATÓRIO: NOTA TÉCNICA Nº 83/2024/DPOG/SNTEP de 13/05/2024.

nte de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024 (LEN "A-4" de EMENTA: Consulta Pública CP-165 acerca das diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Provenie 2024 e LEN "A-6" de 2024).

TEXTO/ANEEL

\$ 9° O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS encaminhará ao Ministério de Minas e Energia, em até 30 (trinta) dias, a contar da realização dos Leilões de Energia Nova "A-4" " A-6" de 2024, relatório que detalhe a eventual necessidade de referços causados exclusivamente por violações por superação de nivel de curto-circuito decorrentes da contratação de novos empreendimentos de geração no referido Certame, para fins de lapulação. Difere de Outerose de Torquenissão de Desprésió Editore DOTE!

inclusão no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE. § 10. O Edital deverá dispor expressamente acerca da alocação dos custos decorrentes dos reforços de que trata o § 9º.

Art. 9º Para fins de realização do Leilão de Energia Nova "A-6" de 2024, dos quantitativos de capacidade remanescente do SIN para escoamento de geração de energia elétrica de que trata o art. 8º, § 3º, serão subtraídos os montantes associados novos empreendimentos de geração e a ampliação de empreendimentos de geração que eventualmente tenham comercializado energia no Leilão de Energia Nova "A-4" de 2024.

Parágrafo único. Será utilizado, como critério para definição dos empreendimentos que tenham comercializado energia no Leilão de Energia Nova de que trata o caput, o resultado obtido na sessão pública.

Art. 10. Nos Leitões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024, de que trata esta Portaria Normativa, não se aplica o disposto no art. 9" da Portaria nº 514/GM/MME, de 2011, mantido o disposto no seu art. 7º, mesmo nos casos de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, da sinstanações de uso do almbito de transmissão necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial.

CAPÍTULO III DA DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 11. Os agentes de distribuição deverão apresentar as Declarações de Necessidade de Compra de Energia Elétrica para

os Leilões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024. 8 17 As Declarações de Necessidade de que trata o caput deverão ser apresentadas entre e de de 2024, em conformidade com a instruções a serem disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia

no sitio www.gov.br/mme. \$ 2º As Declarações de Necessidade para os Leitões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024 deverão considerar o atendimento à totalidade do mercado, com início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de

2028 e 1º de janeiro de 2030, respectivamente. § 3º As Declarações de Necessidade, uma vez apresentadas pelos agentes de distribuição, serão consideradas

irrevogáveis e irretratáveis e servirão para posterior celebração dos respectivos CCEARs. § 30 agentes de distribuição de energia elétrica localizados nos Sistemas Isolados deverão aprr Declaração de Necessidade de que trata este artigo, desde que a data prevista para recebimento igual ou posterior à data prevista da entrada em operação comercial da interligação ao SIN.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇOES FINAIS
Art. 12. A Sistemètica a ser aplicada ne realização dos tellões de Energia Nova "A-4" e "A-6" de 2024 será disposta em
Portaria Normativa específica e ser publicada pelo Ministério de Minas e Energia.
Art. 13. Para fins de participação nos LENs "A-4" e "A-6" de 2024, a garantia física de energia das centrais geradoras
hibridas será calculada conforme metodologia definida no Anexo desta Portaria Normativa.
Parágrafo unico. A revisão dos montantes de garantia física de energia com base na garação de energia elétrica
verificada ou com base nas attenações de características de ficnicas das centrais geradoras hibridas que se
sagrarem vencedoras dos LENs "A-4" e "A-6" de 2024 será realizada de acordo com metodologia a ser definida
pelo Ministério de Minas e Energia.

pelo Ministério de Minas e Energia. Art. 14. Para fins de aplicação da metodologia de cálculo da garantia física de energia, adotar-se-á como referência o

ıma Mensal de Operação de de 2024. 6. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação. NDRE SILVEIRA

Usinas Híbridas

ANEXO

Metodologia de cálculo de garantia física de centrais geradoras híbridas para a combinação de tecnologias de geração

omposta exclusivamente por geração **eólica** e geração **solar** fotovoltaica.

Uma única Certificação deverá ser apresentada, contendo: (i) medições anemométricas e produção anual de energia edilic (ii) dados solarimétricos e produção anual de energia fotovoltaica; e (iii) estimativa do corte de geração referente à potência injetieva máxima da central geradora hibrida.

A Certificação deve seguir os requisitos já estabelecidos nas instruções de Cadastramento da EPE, acrescentando a estimativa do corte de geração, a ser deduzida da garantia física.

1. Metodologia de rácificio do corte de seração referente à litimização à potência injetévet máxima.

Metodologia de cálculo do corte de geração referente à limitação à potência injetável máxima
 Para o cálculo do corte de geração referente à potência injetável máxima da central geradora hibrida, considerar-se-á em

discretização temporal, no mínimo, horária:

(i) geração **eólica** de longo prazo (mínimo de **20 anos**) estimada a partir de período não inferior a 36 meses consecutivos de medições anemométricas locais; e (ii) geração **fotovoltaica** de longo prazo (mínimo de **20 anos**) estimada a partir de histórico de medição de dad

solarimétricos (mínimo 12 meses consecutivos) ou ano Meteorológico Típico (TMY) utilizado para estimativa de produção de energia fotovoltaica. Os dados de geração eólica e fotovoltaica não precisam ser concomitantes. Na hipótese de não simultaneidade, as combinações anuais de geração eólica e fotovoltaica deverão respeitar a coerência entre os días do ano e as horas do día. Os dados de geração fotovoltaica poderão ser repetidos em mais de uma combinação.

Para cada intervalo horário ou menor, obter a diferença entre a soma das gerações eólica com solar fotovoltaica e a potência máxima injetável e, finalmente, efetuar a soma das diferenças maiores que zero para cada ano de geração.

 $CGer = \frac{\sum_{k=1}^{I} \sum_{l=1}^{J} \sum_{m=1}^{12} \sum_{d=1}^{24} \sum_{h=1}^{24} \sum_{l=1}^{T} m\'{aximo}(GEOL_{thdmAno_{k}} + GUFV_{thdmAno_{k}} - PIM; 0)}{j \times l}$

Onde:
t: intervalo inferior ao horário (opcional);
h: horas;
d: dia;
dm: número de dias do mês m;

dm: número de alas do més m; m: més; jr número de anos de medições anemométricas ou de geração verificada $(l \geq 3)$; l: número de anos de medições de dados solarimétricos ou de geração verificada $(l \geq 1; l = 1 \Rightarrow Ano_1 = TMY)$; $GEO_{tandination}$; geração editica de longo prazo estimada para a hora h, dia d, més m e Ano i; $GEO_{tandination}$; geração editica de longo prazo estimada para a hora h, dia d, més m e Ano k; e PIM; potêrical injetável máxima, em MW.

para cada ano simulado. As premissas e os dados considera

dos no cálculo do corte de geração referente à potência injetável n

As premissas e os sucursos consumados no calculo do corre de geração referente a potencia injeraver maxima deverado constar na Certificação.

2. Metodologia de cálculo da garantia física de energia de centrais geradoras hibridas a partir de geração eólica e geração solar fotovoltaica

 $GF_{hibrida} = \frac{P90_{ac\ eol}\left(1 - TEIF_{eol}\right)\left(1 - IP_{eol}\right) + P50_{ac\ ufv}\left(1 - TEIF_{ufv}\right)\left(1 - IP_{ufv}\right) - \Delta P - CGer}{8760}$

Onte:

8760

Onte:

9760

Onte:

em MWh; GGr:: estimativa anual do corte de geração referente à limitação à potência injetável máxima em MWh; e 8780: número de horas no ano.

A produção anual de energia fotovoltaica certificada deve considerar o abatimento das perdas relacionadas à temperatura, sujeira, sombreamento angulares e espectrais, degradação dos módulos, mismatch, tolerância sobre a potência nominal dos módulos, ôhmicas na cablagem, eficiência do inversor e controle de potência máxima, degradação inicial dos módulos, nível de irradiância, entre outras.

A restrição para UGH (Hibrida) ser apenas para tecnologia solar e eólica não deve existir, pois alternativas como UTE 's a biomassa Comentário. com solar ou UHE´s com solar em seus reservatórios deveriam se

O prazo de 20 anos conflita com as propostas do MME mas está de Comentário. acordo com o proposto pelo Conselho. O prazo de 20 anos conflita com as propostas do MME mas está de Comentário. acordo com o proposto pelo Conselho



CONTRIBUIÇÕES PACEMBER DE CONTRIBUIÇÃO PACE

TEXTO/ANEEL

A produção anual de energia eólica certificada deve considerar o abatimento das perdas por conta da disposição dos aerogaradores, das condições meteorológicas locais, da densidade do ar, da degradação das pás e das perdas aerodinâmicas do próprio parque e dos efeitos esteira e turbulência de outros parques, rugosidade provocada por usinas totovoltaicas, entre outras.

[1] O Ponto de Medição Individual (PMI) corresponde ao primeiro ponto do sistema de interesse restrito onde é possível identificar, de forma individualizada, a geração e o consumo interno de uma usina. O PMI deve levar em consideração ao possíveis expansões no sistema de interesse restrito, inclusive a possibilidade de compartilhamento de infraestrutura com futuros empreendimentos, de modo que quaisquer expansões não impliquem na necessidade de atletração do PMI. Dessa forma, mesmo em instalações de interesse restrito que possuam característica predominantemente radial, na sua configuração inclusito, a PMI já considera a possibilidade de compartilhamento e, portanto, em geral, não haverá coincidência entre o PMI e o Ponto de Conexão do empreendimento.